

CAMPANHA DE CONSTRUÇÕES E EQUIPAMENTOS ESCOLARES

PROGRAMA DE COOPERAÇÃO FINANCEIRA DO INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA PARA AMPLIAÇÃO DAS REDES ESCOLARES PRIMÁRIA E NORMAL DO PAÍS

O Ensino primário no Brasil continua insuficiente e aí está, para comprovar esta afirmação, os índices de analfabetos, sobrepondo-se, como uma sombra, no grosso das nossas massas populares, num desafio às iniciativas empreendidas nos diversos setores da administração pública para sua erradicação.

Muitos são os fatores que contribuem para isso.

Sabemos que uma das causas desta insuficiência é a falta de prédios escolares. Daí a campanha de construções de escolas que o Governo Federal vem desenvolvendo, desde 1946, há doze anos portanto, por intermédio do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, do Ministério da Educação e Cultura, para a ampliação e melhoria da rede escolar do país. Os resultados desta campanha já se apresentam expressivos apesar das limitações dos recursos, por um lado, e das dificuldades de execução do programa de obras escolares, nas zonas rurais, onde mais necessárias elas se tornam, por outro. Se é verdade, pois, que os auxílios para construções de escolas primárias nas zonas progressistas e de população densa do país são recebidos com interesse e aplicados com a eficiência e a brevidade que o problema impõe, não menos verdade é, entretanto, que nos recônditos afastados de nossa terra, nas zonas distantes e pouco desenvolvidas, onde maior é o número de analfabetos e, por conseguinte, mais necessárias as escolas, a indiferença pela sua existência e pela sua construção se manifesta tanto pela população, que não reclama, como pelas próprias autoridades locais, que levam anos, muitas vezes, para dar conclusão a uma obra iniciada, quando não sucede o mais lamentável: não se iniciar a construção, obrigando-nos, após longa insistência, a uma transferência dos recursos para localidade mais interessada. E não se suponha que construir a escola à revelia do interesse local venha resolver o problema. Ela lá fica construída e fechada, pois a professorinha, quase analfabeta, da localidade (as diplomadas, cidadinas, não se sujeitam a lecionar nos povoados e fazendas distantes do interior), não sabe conservar

a frequência dos alunos que, por sua vez, nada vêem de interesse numa escola de ler, escrever e contar e, apoiados pela comunidade, que nada tem para ler, não vêem nela nenhuma utilidade prática. E a escola se fecha, e a ignorância permanece, e o analfabetismo se amplia. O problema tem a dureza das tristes realidades e a força brutal da estagnação, da inércia. O círculo vicioso se fecha, girando no tempo e no espaço geográfico. Confirma-se a tese "não é a escola que leva a civilização, é a civilização que exige a escola".

Uma comunidade progressista, que produz, que está sob o impulso do desenvolvimento de suas forças próprias, sente que a escola é necessária, deseja que seus filhos se preparem para a luta de competições que se esboça. Uma comunidade tradicional, estagnada, que vive do passado - ou que não teve um passado -, de ocupações primárias e vida elementar, paralisou no tempo e no espaço, com as ambições limitadas ao quotidiano de padrão estreito e rudimentar. A escola não é sentida como necessidade imperiosa, pois não influi naquele tipo de vida. É, quando muito, um luxo, um adereço que a comunidade em princípio deseja que exista em seu ambiente, como um sinal de progresso mas, sem vitalidade, definha ou desaparece. Outros elementos propulsionadores do progresso - investimentos agrícolas, estradas, energia elétrica - são os lançadores dos alicerces das futuras escolas, fixadas, estáveis e desejadas como um serviço útil aos que as mantêm.

Em face do problema que a experiência dos anos de execução dessa campanha de ampliação das possibilidades de educação popular já evidenciou, três direções vem seguindo o INEP, lentas mas regularmente conduzidas, para atacar a questão educacional em seus diferentes aspectos:

- a) constrói os prédios escolares onde há mais necessidade deles, dando prioridade às localidades mais interessadas, revelado esse interesse pela maior ou menor presteza em dar colaboração eficiente nas providências exigidas para a realização;
- b) organiza cursos, estágios, seminários, debates, no Rio ou nos Centros Regionais de Pesquisas Educacionais para melhorar o nível de capacidade dos professores em exercício, cooperando também na realização dos cursos estaduais de treinamento de professores;
- c) e coopera para a melhoria das instalações e do ensino nas Escolas Normais do país, fonte fornecedora do

- 3 -

material humano, em última análise, dinamismo central da força propulsora que o grande mecanismo dessas campanhas conjugadas desencadeou para acudir as falhas de nossa educação de base.

E não pararam aí as iniciativas do Ministério da Educação, por intermédio do INEP, que se empenha cada vez com maior intensidade nos estudos e pesquisas das necessidades brasileiras. Nova campanha foi encetada - a da integração nas atividades da escola elementar, dos trabalhos em oficinas de artes industriais - visando vitalizar o ensino e dar maior extensão à escolaridade primária, para reter as crianças sob sua orientação, com atividades educativas proveitosas, até alcançarem a idade legal de trabalho.

Construções Escolares - As dotações que por força de lei cabem ao INEP para a execução da campanha de ampliação da rede escolar do país são destinadas à construção e equipamento de escolas primárias de ensino comum, para capacitar as Unidades Federadas a ampliar as possibilidades de matrícula ao seu contingente infantil de 7 a 12 anos que deve frequentar escolas comuns para sua educação básica normal geral. Trata-se, como se vê, de ajuda federal para a realização de um plano de âmbito nacional, a fim de poderem as administrações das Unidades Federadas dar cumprimento, dentro do menor prazo possível, ao disposto no art. 166 da Constituição Federal, que diz: "A educação é direito de todos ..." e nos parágrafos I e II do Art. 168: "o ensino primário é obrigatório ..." e "o ensino primário oficial é gratuito para todos...".

É um programa de larga envergadura, com objetivos claros, mensuráveis, gigantesco em suas dimensões, que transcende do Ministério da Educação, apóia-se nas administrações estaduais, de onde espera estreita colaboração, alcança as administrações municipais, em cujas comunas se concretiza efetivamente e onde a colaboração se afirma ou falha, pertence à nação inteira, que sente a mágoa do tremendo percentual de analfabetismo e da falta de escolas para seu povo. É um grande investimento nacional para o desenvolvimento do país, exemplo, único no Brasil da concentração de esforços e de recursos federais, estaduais e municipais

- 4 -

que vem sendo realizado, no silêncio característico das coisas sérias ou sublimes, há vários anos, com espírito público e desejo de acertar.

É óbvio que, em face de tão avultado programa a cumprir, são sempre poucos os recursos a ele consignados, redundando em prejuízo de sua realização quaisquer desvios desses recursos para obras educacionais de outro tipo, especializadas, de assistência à infância desamparada, ensino emendativo, internatos e outras instituições indispensáveis, que devem ser auxiliadas pelos Órgãos oficiais competentes, sem interferência no programa de extensão da rede de escolas comuns populares, para chegarmos ao ponto desejado: haver escolas para toda a população infantil brasileira.

Dados numéricos referentes às realizações do ano de 1958

- Na realização do programa de obras, proposto pelos acordos firmados em 1958, bem como pelo acervo de obras resultantes de compromissos assumidos pelos Governos dos Estados ou dos Municípios, em virtude dos acordos firmados em anos anteriores, revela cada Unidade Federada o maior ou menor empenho em dar andamento à campanha de ampliação e melhoria de sua rede escolar.

Em 1958 foram concedidos os seguintes auxílios para a execução das obras e melhorias programadas:

para Escolas Normais	Cr\$	155.333.700,00
para Escolas Primárias	"	211.126.294,00

As remessas dos auxílios são feitas parceladamente, na medida do progresso das obras, conforme o que dispõe a legislação vigente. No corrente ano foram transferidas as seguintes importâncias:

para Escolas Normais	Cr\$	47.816.367,00
para Escolas Primárias	"	122.350.359,00

Foi o seguinte o movimento das obras, durante o ano de 1958, referente às 49 Escolas Normais e as 954 Escolas Primárias integradas no programa deste ano:

Escolas Normais:

- 5 -

Escolas Normais:

Concluídas	6	- com 149 salas de aula
Parcialmente concluídas	3	- com 20 salas de aula
Parte concluída e parte em andamento	10	- com 242 salas de aula
Em construção	15	- com 207 salas de aula
A iniciar	3	-(em estudo os projetos)
Auxílios para melhorias	12	-(não houve acréscimo de salas)

Escolas Primárias

Concluídas	292	- com 767 salas de aula
Em construção	404	- com 935 salas de aula
A construir	258	- com 623 salas de aula
	<u>954</u>	<u>2725</u>

Equipamento Escolar : A dotação prevista para as construções inclui também o equipamento para essas escolas. Entretanto das quotas destinadas a cada Estado as Administrações locais dão prioridade à aplicação nas construções, de vez que o mobiliário escolar é problema de mais fácil solução. Assim é que do total de salas de aula de escolas primárias até hoje construídas, foram equipadas, com recursos do INEP, cerca de 70%.

No corrente ano, foram fornecidos mobiliários escolares para 773 salas de aula de Escolas Primárias, cujo custo total, inclusive transporte, foi de Cr\$ 17 466 289,00.

Dados numéricos referentes aos 12 anos da Campanha - 0 INEP, com a sua campanha de construções de escolas primárias e normais, a contar de 1946, já dispendeu um total de Cr\$ 1.597 793 484, tendo, com esta importância, programado a construção de 13015 salas de aula de escolas primárias (Grupos Escolares e Escolas Rurais), das quais já foram construídas 11322 salas de aula, o que representa capacidade de matrícula para cerca de 905 760 crianças, se computarmos a frequência em dois turnos. Se levarmos em conta que o "deficit" de matrícula, atual, é de cerca de 2 500 000 crianças que não frequentam escolas, o certo é que, teoricamente, sem a campanha do INEP, esse deficit subiria a perto de 3 500 000.

Escolas Normais - Quanto ao programa de construção ou me

- 6 -

lhoria de Escolas Normais, das 124 Escolas para as quais o INEP contribuiu com auxílio para construção, ampliação ou melhoria, estão concluídas, no todo (todos os blocos projetados) ou em parte 87 Escolas, com um total de 754 salas de aula, com capacidade porttanto para cerca de 60 000 alunos, em dois turnos.

Cumpre registrar que, para as construções de escolas, os Estados e os Municípios, na maioria dos casos, cooperam com maior ou menor eficiência, administrando, fiscalizando ou realizando as obras e até mesmo contribuindo com recursos locais.

Programa para 1959

Com as dotações previstas para o ano de 1959, planeja a CCEE assegurar a conclusão das obras já iniciadas, bem como ampliar seu programa de novas construções.

À C.C.E.E. foram consignadas no Orçamento da União as seguintes dotações:

- 1) Para prosseguimento de obras, novas construções e equipamento de Escolas Normais Cr\$ 90 000 000,00
- 2) Para Escolas Primárias " 435 795 900,00
assim distribuída:
 - a) prosseguimento de obras, novas construções e equipamento de Escolas Primárias urbanas e rurais (dotação orçamentária discriminada em quotas, por Estado) Cr\$ 267 795 900,00.
 - b) construção ou melhoria de Centros de Ensino Primário (Escolas Experimentais e de Demonstração) Cr\$ 100 000 000,00
 - c) construção de Escolas Primárias, mediante acordos com Municípios e Inst. Part. Cr\$ 60 000 000,00
 - d) construção de Escolas Primárias em Estâncias Hidro-Mineiras, que não se localizem nas sedes dos municípios Cr\$ 8 000 000,00

Sup, em 19.1.59

Leuaidel Cardoso Schultz